CONVÊNIO ACADÊMICO

CENTRO DE ESTUDOS DE CULTURA CONTEMPORÂNEA

Rua Riachuelo, 217 – Centro -- 05002-070 São Paulo/SP – Brasil

www.cedec.org.br

Universidade Presbiteriana Mackenzie

Projeto "Memória da Constituinte (1987-1988)"

Depoimento:

ULISSES RIEDEL DE RESENDE

Equipe de Pesquisa

Antônio Sérgio Rocha (DCS/Unifesp) - coordenador/editor

Daniel Menezes (Direito/Mackenzie) – coordenador adjunto

Ademar Seabra da Cruz Junior (MRE/Itamaraty)

Andrei Koerner (DCP/Unicamp)

Bernardo Ferreira (DCS/UERJ)

Cicero Araujo (DCP/USP)

Eduardo Noronha (DCS/UFSCar)

Jefferson Goulart (DCH/UNESP)

Nascido em São Vicente (SP) em 1933, Ulisses Riedel de Resende graduou-se em Direito na Universidade Presbiteriana Mackenzie (SP) em 1959. Casado, transferiu-se para o Rio de Janeiro, estudando na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas. Passou a assessorar inúmeros sindicatos e federações de trabalhadores, alcançando sólida reputação como advogado trabalhista. Em 1967, deu início às atividades docentes na Universidade Gama Filho. Passou a advogar em Brasília a partir de 1971, em especial, junto ao Superior Tribunal do Trabalho. Continuou a atividade de docência no Centro de Ensino Unificado de Brasília. Em 1983, criou o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), uma entidade suprapartidária que acompanha os interesses dos trabalhadores no Congresso Nacional, contando coma filiação de cerca de 900 sindicatos. Riedel ocupou o cargo de Diretor Técnico do órgão desde o seu início, tenho uma atuação muito intensa à época da Assembleia Nacional Constituinte. Imediatamente após a ANC, o DIAP publicou o livro Quem foi quem na Constituinte*, com o perfil e a avaliação dos parlamentares nas questões relacionadas ao interesse dos trabalhadores, compondo uma nota final da atuação que tiveram. Esse perfil e essa nota teriam grande influência nas eleições seguintes à ANC. Riedel representou os trabalhadores numa comissão durante o Governo Figueiredo para a elaboração de um Código de Processo do Trabalho e participou do Fórum Nacional do Contrato Coletivo no Governo Itamar Franco. Foi membro da Câmara Americana do Comércio. Foi conselheiro da OAB por nove anos. Entre outros, recebeu o Diploma de Comendador da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho (TST), a Ordem do Mérito do Congresso Nacional e o Prêmio Hélder Câmara de Imprensa, concedido pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Ocupou o cargo de Senador da República em 2003, pelo PSB-DF, pela morte do titular Lauro Campos (PDT-DF). Riedel mais tarde se afastaria do DIAP, criando a União Planetária (UP), entidade que tem como objetivo principal promover e disseminar a educação transdisciplinar. A UP é credenciada pela ONU para a divulgação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na América do Sul. Seu departamento de comunicação inclui a TV SUPREN, com programas sobre paz mundial e sobre o meio-ambiente.*

DIAP e o "Quem foi quem na Constituinte"

Em minha época de juventude, na fase de escolha da profissão, tive muita dificuldade em decidir o que iria fazer, porque eu gostava de tudo. Pensei "Vou ser advogado, vou trabalhar pelas causas sociais". Comecei os estudos jurídicos na Faculdade de Direito no Mackenzie, em São Paulo. Sou da primeira turma, de 1955. Com o casamento, mudei-me para o Rio de Janeiro e conclui os estudos na Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas, em 1959. A minha primeira ideia foi atuar na área de direito penal. Na minha consciência, quem estava preso era uma pessoa sofredora, marginalizada pela vida. Resolvi me especializar em direito penal para defender aqueles que foram abandonados pela sociedade.

Fui ser estagiário do 1º. Tribunal de Júri do Rio de Janeiro. Fiz defesas junto com o Defensor Público. Tive algumas experiências fortíssimas, como a defesa de um moço que matou a irmã, embriagado. Esta foi a primeira vez que percebi os malefícios do álcool. Vi claramente que não era aquilo que eu queria. Estava precisando arranjar outro emprego, porque eu tinha saído do banco, havia casado, já com vários filhos, e um amigo me indicou: "Vai falar com o seu Sindulfo de Azevedo Pequeno", que era presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores de Transportes Terrestres (CNTTT). O emprego era para escrever os ofícios, mas tinha também de fazer a limpeza das salas e dos banheiros e fazer café e chá para os diretores. Fiz meu 3º., 4º. e 5º. ano de Direito lavando os banheiros da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT), da qual sou depois me tornei advogado e onde permaneço.

O MUNDO DO TRABALHO

Na CNTTT, tive a oportunidade de conhecer as várias facetas da luta dos trabalhadores. Isso nas décadas de 50-60, quando a atividade sindical era bastante movimentada, com grandes congressos. Quando me formei e vi que eu não ia ficar ali como um empregado da CNTTT, pensei: "Ao invés de usar a minha capacidade para defender aqueles que tem as mãos sujas de sangue, vou utilizá-las para defender aqueles que tem as mãos calejadas pelo trabalho". Mas eu não tinha ninguém para me proteger, eu não tinha escritório, não tinha nada. Durante um certo tempo, fiquei num escritório de advocacia, mas eles só me faziam de *boy*, e eu não tinha ido lá para isso. Minha esposa era professora primária, eu já tinha vários filhos: quatro de sangue e um adotivo. Pensei: "Vou vencer este desafio". Ia todo dia para a Justiça do Trabalho, no Rio de Janeiro. E ficava lá assistindo uma audiência, outra e outra... Foi então que eu comecei a entender e conhecer os advogados, a conhecer juízes: fulano é advogado do sindicato tal, sicrano é advogado de outro sindicato tal... Comecei então a chegar para os colegas e dizer: "Vejo que você corre muito de um lado para o outro. Eu não quero um centavo seu. Só quero exercer a profissão. Quando você tiver com duas, três audiências encavaladas, eu possa ajudá-lo a fazer uma delas. E foi aí que vi que eu tinha nascido para ser advogado. Porque, desde as minhas primeiras audiências, eu era combativo, estava atento e lutava pelo direito do meu cliente. Aquilo começou a chamar a atenção. Naquele tempo, nós tínhamos na Justiça do Trabalho os juízes classistas[11] e os juízes togados.[22] Um desses juízes classistas me procurou e disse: "Queria que você fosse trabalhar lá no meu sindicato". Ao cabo de dois anos de atividade, eu já era advogado de vários sindicatos do Rio de Janeiro: o sindicato dos tecelões, o sindicato dos rodoviários, o sindicato dos ferroviários – e eram todos sindicatos pesados. Comecei a ter também a advocacia de sindicatos de São Paulo junto ao Tribunal Superior do Trabalho (TST): ferroviários da Paulista,[33] ferroviários da

Mogiana,[44] ferroviários da Santos-Jundiaí, rodoviários da cidade de São Paulo e outros tantos.

A ADVOCACIA TRABALHISTA

Comecei a participar de dezenas de congressos de trabalhadores – mas participando como advogado, e não mais como mero espectador. Eles queriam inclusive a minha orientação, minhas luzes nisso e naquilo. Nesses congressos, pude perceber que as reivindicações quase sempre demandavam alteração legislativa. "Queremos isso", e precisava mudar a lei; "queremos aquilo", e também precisava mudar a lei; "queremos mais aquilo outro", e igualmente precisava mudar a lei. Como advogado da categoria, eu fazia os documentos e mandava para os parlamentares: "No Congresso dos Ferroviários, foi aprovado que é preciso mudar isso, isso e aquilo". Fiz isso muitas e muitas vezes, e com diferentes categorias – porque, àquele altura, eu advogava para categorias de vários trabalhadores rurais e petroleiros, de metalúrgicos e de uma série grande de empregados hípicos. E sempre percebia que havia a necessidade de uma mudança legislativa.

No início da década de sessenta, eu era advogado sindical de onde estavam as principais lideranças comunistas do país – por exemplo, Hércules Corrêa[55] era presidente dos tecelões, e eu era advogado dos tecelões. Veio 64, mas, como eu nunca tivera atuação política nenhuma, nunca ninguém me encostou um dedo – embora, num certo momento, confesso que tive medo de ser envolvido, pela minha condição de advogado dos grandes sindicatos trabalhistas. Nunca acreditei na luta partidária, jamais me envolvi na política propriamente dita -- e nem teria tempo para isso. Houve um momento, quando surgiu mais na frente o MDB, que eu até pensei em concorrer e me aproximei desse partido. Mas vi que eu não estava maduro, não era o momento.

EM BRASÍLIA: UM PIONEIRO DA ADVOCACIA TRABALHISTA

Minha advocacia junto no TST havia crescido muito. Além dos sindicatos que eu já tinha, passara a ser advogado da Confederação de Educação e Cultura. Foi então que, em 1970, se anunciou que o TST iria mudar do Rio de Janeiro para Brasília, com inauguração em 1º. de janeiro de 1971. Pensei: "Com isso, vou perder o sindicato tal de São Paulo, mais o sindicato tal e tal. Mas tenho outros tantos sindicatos, de modo que não tem problema, continuo aqui no Rio de Janeiro". No entanto, conversando com os maiores advogados trabalhistas do Rio, como Alino da Costa Monteiro,[66] Carlos Arnaldo Selva, Eugênio Roberto Hadok Lobo, Francisco Costa Neto, que eram aqueles que frequentavam o TST, eu perguntava: "Você vai para Brasília?". "Não". Perguntava para um outro: "Você vai para Brasília?". "Não, eu não vou para aquele fim de mundo". A mesma coisa era respondida pelos grandes advogados patronais: Júlio Araujo,[77] Arion Sayão Romita[88] e muitos outros nomes: ninguém iria a Brasília! Parei e pensei: "Vou eu para Brasília"... E fui.

Nos primeiros meses em que já estava morando em Brasília, me lembro que recebi um telefonema de São Paulo da parte de Rio Branco Paranhos, o mais famoso advogado trabalhista de São Paulo daquela época.[99] Ele veio aqui, saímos para jantar e ele me disse: "Doutor, eu estava louco para conhecê-lo. O senhor tem sido um advogado excepcional. Veja que eu pedi a mais de 30 pessoas uma indicação de um nome de um advogado aqui em Brasília, para acompanhar os meus processos, e todos -- ministros, juízes, procuradores – me deram o seu nome". Eu respondi: "O que você não percebeu, Rio Branco, é que eu sou o único advogado trabalhista que veio para Brasília. Não dá para indicar um segundo advogado que tenha *expertise* em Tribunal Superior do Trabalho. Por aqui, só tem eu...". Houve um momento que praticamente 50% dos processos em julgamento no TST eram da minha advocacia. Das nove confederações nacionais de trabalhadores, eu era advogado de sete delas – além das federações estaduais e sindicatos. Eu tinha um número gigantesco de

clientela concentrado ali no Tribunal Superior do Trabalho. Durante os dez primeiros anos de advocacia aqui em Brasília, não fiz um único processo fora dos tribunais superiores.

Apesar da situação política do país naquela época, eu não chegava a sentir interferência indevida do regime militar nos tribunais do trabalho. Havia apenas algumas situações que a gente nunca conseguiu entender muito bem. Por exemplo, a gente perdia principalmente quando envolvia grandes empresas, tipo Petrobrás.

DIAP: DA IDEIA À FUNDAÇÃO

Em 1968, por meio de um dirigente do sindicato dos farmacêuticos, recebi um convite do governo dos EUA para conhecer a organização sindical norte-americana AFL-CIO.[1010] Fui e fiquei nos EUA durante 45 dias. Aconteceu uma coisa fantástica, que tem tudo a ver com o DIAP. Éramos eu e mais cinco advogados. Na AFL-CIO, existiam dois departamentos. Um deles era o departamento que captava recursos para financiar campanhas eleitorais e o outro era o chamado Departamento Legislativo, que elaborava projetos de leis e enviava para o Congresso americano. Depois, o pessoal da AFL-CIO acompanhava, com lobistas, o andamento daqueles projetos. No final do ano, o Departamento Legislativo dava uma nota para os parlamentares. Pensei comigo: “Essa é uma ideia genial!”. Voltei ao Brasil. Era 1968, com o AI-5 e tudo. Eu não tinha nem para quem dar nota... Mas aquilo ficou guardado dentro de mim.

Com o correr dos anos, me tornei uma pessoa de destaque na área trabalhista, relacionado com muitos sindicatos, com muitas entidades, e pensei: “Vou trabalhar para fazer o nosso Departamento Legislativo, como aquele que eu aprendi na AFL-CIO. Vamos fazer isso aqui”. E comecei a conversar com um, com outro, com mais outro. Naquele tempo, na área sindical tinha gente do PTB, do PCB e pelegos também. Tinha de tudo. Mas eu transitava muito bem com todo mundo, era advogado de todo mundo e não interferia nunca em questões

partidárias. De modo que eu tinha um relacionamento perfeito com todos. Por exemplo: no Rio de Janeiro, cheguei a ser advogado da Federação dos Ferroviários e da Federação dos Rodoviários. Eles não se falavam: as duas entidades eram inimigas mortais, e eu era advogado das duas. E tanto uma quanto a outra confiavam que eu não fazia interferência política: minha posição era apenas jurídica.

Conversei com muitas pessoas. Uma delas foi o Comandante Aloísio,[1111] que era o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transporte Aéreo, Marítimo e Fluvial (CONTTAMAF) e comandante de navio mercante. Havia um congresso dessa categoria em Fortaleza e eu fui para lá. Fiz um projetinho simples, dizendo o seguinte:

> Considerando a importância de uma relação perfeita entre os sindicatos e o Poder Legislativo, para que os sindicatos possam levar ao Legislativo suas reivindicações e que esses possam ser informados sobre as atuações do Poder Legislativo, proponho a criação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar como órgão neutro.

Aloísio olhou e me falou: "Isso não passa". Havia ainda uma briga interna muito grande dentro da confederação. Mas aquilo terminou sendo aprovado no congresso. Daí então pensei, "Já tenho o instrumento". E, em seguida, fui procurar os jornalistas. Armando Rollemberg[1212] era o presidente da Federação Nacional dos Jornalistas, da qual eu também era advogado. Eu lhe disse: "Rollemberg, nós aprovamos isso na CONTTAMF. Vocês em breve vão ter um encontro dos jornalistas. Vamos tentar aprovar isso por lá?". Levamos a proposta ao Congresso e foi aprovada. Sucedeu o mesmo no congresso dos radialistas, dos ferroviários e outras entidades. Daí a pouco, eu tinha a resolução de uma dúzia de categorias diferentes dizendo que queriam criar o DIAP.

Quem sugeriu esse nome foi Maurício Soares, advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo dos Campos, que depois chegou a ser prefeito da cidade.[1313] Ele me falou: "Por que a gente não faz que nem o DIEESE?".[1414] Só que ele sugeriu o nome *Departamento Intersindical de Assessoria Político-*

Parlamentar, e eu respondi: “Vamos tirar este *político*, ficando só Assessoria Parlamentar”. Ele concordou e ficou a sigla DIAP -- como o órgão passou a ser conhecido.

Quando nós tínhamos esse rol de entidades, eu fui ao Comandante Aloísio e falei: “Agora é a hora de criarmos o DIAP”. No meio desse percurso, houve um entrevero com uma confederação da qual eu era advogado, a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Cultura (CNTEC). Fiz a eles um pedido para usar o auditório da CNTEC para fazer a reunião para a formação do DIAP. A diretoria disse que não cedia o auditório e que a entidade não entraria para o tal organismo que ia ser criado. Disseram: “Você é muito avançado para nossa entidade”. Mas eu consegui o auditório da CONTAG.[1514] Nessa primeira reunião, compareceram 17 entidades. Todas eram entidades de porte, com alta representação. Armando Rollemberg falou: “Quero lhe fazer uma proposta. Ao invés de nós, as 17 entidades, darmos encaminhamento a isso, proposto pela Confederação de Transportes Aéreos, Marítimos e Fluviais, nossas dezessete entidades se transformam na comissão organizadora e vamos fazer uma nova convocação para todo o país, endereçada a todas as entidades sindicais, para que venham participar da formação do DIAP em outra data”. E marcamos uma data ainda em 1983, na sede da CONTAG. Quando se aproximou da data, vimos que era impossível fazer a reunião, porque Brasília estava em estado de emergência.[1616] Vejam só em que clima o DIAP veio a nascer... Marcamos então para o dia 19 de dezembro, data em que o período do estado de emergência já havia acabado, e fizemos a reunião. Com 51 entidades.

Fizemos reuniões naquele auditório grande do Senado Federal, o “Petrônio Portella”. Ficou abarrotado de gente: tínhamos 4 mil pessoas, num ambiente que cabiam mil e quinhentas. Fizemos movimentações gigantescas, e vinham sindicatos com muitos ônibus, compostos das forças as mais antagônicas entre si. No entanto, nós nunca deixamos que o antagonismo entre eles adentrasse as reuniões. Eu dizia assim: “Vocês querem as 40 horas semanais, ou não? Querem

a demissão imotivada, ou não? Querem acrescentar alguma coisa?". Os congressos organizados pelo DIAP levavam à aprovação integral da pauta. Nenhuma força sindical importante ficou fora desse consenso. Medeiros[17][17] era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo. Eu era advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e ele deu algumas declarações sobre a luta pelas 40 horas, dizendo que não precisava da lei. Achei um tanto inadequadas as declarações; das 51 entidades que vieram para a formação, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo foi a única que não quis assinar a ata de fundação. Mas, de certa forma, as forças sindicais não se atreviam a se posicionar em contrário, porque era o tipo da coisa que não dava para o trabalhador ser contra.

Eu já tinha redigido o estatuto do DIAP. Tivemos a formação e a eleição da primeira diretoria. Estavam presentes o Comandante Aloísio e Carlos Falkenberg,[18][18], da CNPL.[19][19] Estava também o Magri,[20][20] estava o Augusto de Carvalho.[21][21] Tinham pessoas das mais diversas ideologias. Como eu é que estava trabalhando na montagem, decidiu-se que eu ia ser diretor-técnico da entidade. Em seguida, Carlos Falkenberg foi eleito presidente. Discutiu-se a respeito da vice-presidência, que terminou ficando com Magri. Mas aí se considerou que Maurício Elena Rangel, que era presidente da Federação dos Urbanitários, era quem deveria assumir, e acabou sendo ele.

Passada uma semana, Falkenberg me liga: "Ulisses, eu tenho eleição este ano na confederação e a diretoria se reuniu e decidiu que não aceita que eu seja presidente do DIAP. Se eu quiser continuar sendo presidente do DIAP, que eu fique, mas eles me excluirão de ser eleito presidente da confederação. Que faço?". Eu lhe disse: "Não tenha a menor dúvida; peça demissão do DIAP. É mais importante ter você como presidente de uma confederação apoiando a gente do que você no DIAP sem ter o apoio da confederação". Falkenberg pediu demissão e Maurício Elena assumiu. Com isso, Magri quase assumiu a Presidência. Ele representava um órgão norte-americano, então havia algumas

resistências a ele. Mas eu tinha um perfeito relacionamento com ele, era advogado do sindicato dele. Nunca interferi; o não envolvimento partidário sempre me facilitou. As pessoas diziam: “Mas como?! Fulano é comunista! Beltrano é pelego!”. Eu reagia assim: pegava um papel, fazia um desenho com três círculos que se interceptavam e mostrava a eles: “Aqui está a sua área de influência, aqui está a área de influência do outro, aqui a área de influência de mais outro. Nós vamos trabalhar neste miolo. Você quer 40 horas? O outro também quer 40 horas. Você quer adicional de férias? Os outros também querem adicional de férias. Então vamos trabalhar naquilo que há convergência. O restante são diferenças periféricas”. Eu atuava assim em 80%- 90% da agenda sindical, sem grandes problemas.

OS DOIS *PROJETOS* DO DIAP

Quando o DIAP se formou, nosso primeiro projeto foi a campanha nacional contra demissão arbitrária. Foi uma das experiências riquíssimas que tivemos. Esse era o *Projeto Um* do DIAP. Garantir o poder normativo da Justiça do Trabalho era o *Projeto Dois*.

Era ainda período do Governo Figueiredo. Pimenta da Veiga[2222] era o Líder do Governo, e eu levei a ele um projeto sobre demissão imotivada, mostrando que em alguns países do mundo existia uma proteção para não ser injusto na demissão. Fizemos uma campanha, com *outdoors* pelo país inteiro. Tínhamos uma porção de entidades que davam suporte nisso: faziam cartazes, escreviam seus boletins etc. Muito antes da Constituinte, demos início à experiência de dar nota aos parlamentares nas Comissões Técnicas do Congresso Nacional. Lançamos o *Jornal do DIAP*, que nós mandávamos para todos os sindicatos do país, informando que projetos de lei estavam tramitando, como é que fulano votou etc. Até que esse projeto de lei contra a demissão imotivada entra e engasga. Pimenta tinha o poder de colocá-lo em pauta, mas não queria fazê-lo. Além disso, faltava a assinatura dele: todas outras as lideranças partidárias já

haviam assinado, pedindo para colocar o projeto em pauta para votação. Nós, do movimento sindical, pensamos: "Ele vai fazer uma palestra lá em Belo Horizonte, no dia tal, para as lideranças sindicais. Vamos pressionar para ele assinar isso". E acrescentamos: "Levem também a imprensa, para a coisa ficar bem quente". E me mandei para Belo Horizonte.

Pimenta foi ao encontro e falou aos sindicalistas. Na reunião, eu disse "Agora é um momento histórico, vocês vão ver Pimenta da Veiga assinando o pedido. O pedido está aqui, assinado por todos os partidos, só falta a assinatura dele". Pimenta assinou e o projeto foi incluído em pauta de votação na Câmara dos Deputados. Quando chegou no dia da votação, era um tal de parlamentar se escondendo atrás das colunas... "Entro ou não entro no plenário?". Mas sentiram que se ficassem de fora não ia dar certo: entraram e a Câmara dos Deputados aprovou o projeto proibindo a demissão imotivada. O *Estadão*[2323] publicou matérias de primeira página: "Trabalhadores têm aprovada a demissão imotivada. Isso é um absurdo! Um absurdo!". Isso antes da Constituinte...

Sentimos então que ia dar para fazer um belo trabalho. Não preciso dizer o número de reuniões e de coisas que a gente participava. Dentro do DIAP, organizamos um núcleo jurídico formado pelos advogados dos sindicatos que eram filiados – lembro, por exemplo, do Edésio Franco Passos,[2424] que era do Paraná. Já havia um começo de sinalização para a Constituinte, e começamos a discutir o que iríamos levar para lá. Eram reuniões e mais reuniões, mas, afinal, o material foi aprovado pelo departamento jurídico dos sindicatos. Fizemos congressos no DIAP para que os dirigentes sindicais ratificassem. Eles nunca discutiram o que o Departamento Jurídico fazia; quando muito, batiam palmas para isso ou para aquilo. Mesmo porque era um trabalho feito cientificamente.

É preciso que eu registre que no DIAP nunca ninguém recebeu um centavo por suas atuações. Trata-se de um trabalho totalmente voluntário. A instituição vivia e vive com a contribuição dos sindicatos filiados. Havia uma tabela que estipulava variações, com pisos e tetos. Mas era sempre uma coisa pequena, com

contribuições variando de 100-200 reais mensais até 3-4 mil por mês. O DIAP vive exclusivamente do dinheiro da contribuição das entidades sindicais. Há entidades que às vezes custeavam cartazes, faziam painéis nas suas cidades -- e foram feitos muitos, dezenas, senão centenas: "Votação tal: fulano votou contra, sicrano votou a favor etc.". O movimento sindical colocava esses cartazes na Praça da Sé, em São Paulo, e no país inteiro...

Foi a Constituinte que travou o projeto da demissão imotivada. Quando lá se aprovou que a regulação da demissão imotivada dependia de lei complementar, aquilo que havia sido aprovado morreu, e esse foi um dos pontos que nós tivemos uma derrota muito pesada.

Quando começa a Constituinte, não havia uma comunicação direta entre a pauta legislativa ordinária e a pauta legislativa constituinte, embora o tema fosse o mesmo. Precisava ter tido um processo legislativo regular, ou pelo menos que essas votações deviam ser suspensas enquanto a Constituinte estivesse em votação. Não se chegou a apreciar o projeto de demissão imotivada no Senado Federal; ficou parado na Câmara dos Deputados. E a Constituinte aprovou que era necessário promulgar uma lei complementar sobre o assunto – o que, aliás, foi feito de maldade. E matou o projeto.

O DIAP NA CONSTITUINTE

Eu me reunia normalmente com os parlamentares – com Lula e com muitos outros parlamentares de diversos partidos. Nas primeiras reuniões, eles nos questionaram se já tínhamos algo pronto, e dizíamos "Não, nós preferimos discutir juntos". Mas eu senti que eles queriam algo pronto, e criamos um grupo de parlamentares: Jorge Hage[2525] representava o PMDB dentro desse grupo, Chico Vigilante[2626] representava o PT e havia outros: Nelton Friedrich, Edmison Valentim, Luiz Salomão, Vivaldo Barbosa, Domingos Leonelli, Augusto de Carvalho, Geraldo Campos, Mario Lima eram alguns dos constituintes sempre

presentes. Devo dizer que uma pessoa que eu gostei pela firmeza, quando sentimos pressões para mudar isso ou aquilo, foi o Chico Vigilante.

Menciono uma dessas reuniões. Estávamos sentados, uns 20 parlamentares, deputados e senadores, e eu lá explicando para eles por que demandávamos isso ou aquilo. Estávamos nessa conversa quando entra o senador Ronan Tito.[27][27] Ele entra, olha e diz assim: "Lobista? Eu não trabalho com lobista. Ou o Dr. Riedel sai, ou eu não entro". Respondi: "Não, por favor. Eu estava aqui guardando o seu lugar. O lugar aqui é seu; enquanto você não chegava, eu estava guardando aqui seu lugar. Olha, pessoal, é o seguinte: vocês ficam aqui com Ronan e eu vou estar aqui do lado da porta. Se alguém precisar de alguma informação, pode me procurar, que eu estou do lado de fora". E saí; tinha uma cadeirinha lá, e me sentei. Passados dez minutinhos, vem o Domingos Leonelli[28][28] e perguntou "Riedel, como é isso?". "Isso é assim, assim e assado". Passaram-se mais alguns minutos, vem outro parlamentar, e eu explico: "Isso é assim, assim, assado". Passaram mais outros minutos, vem Ronan Tito: "Entra, Riedel, que do lado de fora você está atrapalhando a reunião"...

Na Constituinte, nós tivemos atuação, a princípio, em várias Comissões Temáticas, mas logo vimos que nós não teríamos fôlego para participar de tudo aquilo que planejamos. Na verdade, nós sempre fomos muito poucos, de modo que nos concentramos nas questões trabalhistas.

O nosso *Projeto Dois* era manter o poder normativo da Justiça do Trabalho. Não entendi bem por que o PT assumiu uma posição contrária a isso. Como advogado, consegui muitos direitos na Justiça do Trabalho: quantas e quantas vantagens em dissídios coletivos eu havia conquistado ali... Muitos direitos trabalhistas para uma categoria foram fixados na Justiça do Trabalho. E uma Justiça do Trabalho sem poder normativo não pode conceder nada. Nunca entendi essa postura do PT.

Um dos documentos mais importantes que fizemos para a Constituinte dizia assim:

> As centrais sindicais e as confederações signatárias, considerando a instalação da Assembleia Nacional Constituinte, considerando a importância deste evento histórico, considerando a necessidade imperiosa de uma atuação forte por parte dos trabalhadores para a conquista de uma Constituição progressista, com atendimento das principais reivindicações da classe trabalhadora e as aspirações do povo brasileiro, considerando a necessidade da construção de esforços nesse sentido, considerando a necessidade de uma articulação nacional dos trabalhadores para que, além da atuação isolada de cada grupo, também se faça uma atuação conjunta das forças sindicais, considerando que existe um órgão sindical, o DIAP -- Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar --, que vem exercendo com proficiência este papel, com uma atuação suprapartidária, afirmando-se no seio da coletividade sindical como um instrumento importante, considerando que o DIAP, por sua experiência e atuação parlamentar, resolve dar apoio ao trabalho do DIAP sem prejuízo da autonomia e atuação isolada de cada entidade, estabelecendo-se uma atuação conjunta.

E assinaram: Jair Meneguelli, pela CUT, Joaquinzão,[2929] pela CGT, e depois as confederações: Calixto,[3030] da CNTI,[3131] e todas as entidades. O DIAP distribuiu esse documento farta e amplamente entre os parlamentares, de maneira que, quando eu ia, na condição de diretor-técnico, falar como parlamentar, não era o Ulisses falando e nem o Ulisses simplesmente do DIAP: era com a cobertura de todas as entidades sindicais -- o que nos dava muita autoridade. Além de ser um advogado experimentando na área, além de ser professor de Direito do Trabalho há muitos anos, eu conhecia profundamente todos os sindicatos e as suas implicações. Isso me dava um gigantesco espaço de trabalho.

Nós tínhamos toda uma pauta de reivindicação. Queríamos trazer certos direitos trabalhistas da legislação ordinária para a Constituição e avançar em vários pontos, começando com a proibição da demissão imotivada, conseguir férias com pagamento em dobro etc. Em nossas propostas à Constituinte, nunca buscamos subsídios de literatura ou juristas externos: foi tudo bolado aqui mesmo, do engenho dos nossos próprios advogados. Era um grupo grande que participava das nossas reuniões. Lembro, por exemplo, de Romeu da Fonte,[3232] que era advogado da Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco.

Na época, como o *Estadão* noticiou, o DIAP teve uma importante atuação na aprovação do Regimento Interno da Constituinte, principalmente quanto à votação ser na modalidade aberta e nominal e também para que a Comissão de

Sistematização não elaborasse um anteprojeto constitucional antes do começo dos trabalhos das Comissões Temáticas. Outra coisa que nós trabalhamos muito, mas fomos vencidos, é que os trabalhos da Constituinte fossem transmitidos pela televisão, para haver uma espécie de *Jornal da Constituinte*. Isso foi submetido a votação. Mas nós perdemos.

Quando se formou a Subcomissão dos Direito dos Trabalhadores e Servidores Públicos,[3333] com a escolha dos parlamentares que a comporiam, nós fomos procurar cada um deles. Aqueles que tinham nos ajudado a montar o texto assinaram de imediato. Outros, que nós não tínhamos tanta proximidade, também foram procurados e lhes dissemos: "Essas são nossas reivindicações...", e eles diziam: "Eu assino". Somente uns três ou quatro se mostraram renitentes ao nosso contato. Mas só. Quando se apresentou a proposta assinadas pelos parlamentares dentro da Subcomissão, já havia a assinatura de 70% dos seus membros apoiando a proposta, que foi totalmente aprovada pela Subcomissão. Talvez se tenha agregado alguma coisinha. Mas é só comparar a pauta inicial das nossas reivindicações e o que foi aprovado pela Comissão: é praticamente a mesma coisa.

Em que altura eu senti que o outro lado percebeu o nosso avanço? Quando começou a Comissão de Sistematização. Mas a animosidade cresceria mesmo na primeira sessão de votação em Plenário. Ali tivemos momentos quase de conflito físico. O pessoal lá de cima, nas galerias, pegava dinheiro e começava a jogar nos parlamentares. Claro que só nota de um real, não é?... Os empresários só perceberam nossa movimentação depois que entramos na Comissão de Sistematização. O *Centrão* foi feito principalmente contra nós. Na hora que eles viram que nós vínhamos com avanços, eles se articularam. Comecei a sentir isso sobretudo com as publicações do *Estadão*, dizendo: "É preciso estar atento! Os trabalhadores estão organizados, nós temos que criar o DIAP empresarial". Fui então conversar com Mário Covas (PMDB-SP), que já me conhecia do próprio Congresso Nacional, desde a época de nossas pressões contra a demissão

imotivada, e eu lhe falei: “Mário, estas são as nossas reivindicações”. Ele me respondeu: “Ulisses, você sabe que eu não posso apoiar tudo isso. Mas conte comigo, vou trabalhar para que o Plenário não derrube essas coisas de vocês. Mas tem alguns pontinhos aqui, como estabilidade no emprego, que não tenho como tocar pra frente”. E o tempo todo, Covas facilitou para que eu tivesse presente nas reuniões, nos atendimentos, nas conversações, pudesse distribuir material... Eu dormia no Congresso Nacional, ficava lá de manhã, de tarde e de noite. Acompanhei os trabalhos o tempo todo, passo a passo. Não recebi um centavo por isso. Era tudo contribuição espontânea da minha parte. Na época, eu tinha um escritório de advocacia, junto com meus cinco filhos advogados, de modo que dava para me segurar, a partir dos ganhos desse escritório.

Não, eu não acho que a direita tenha falhado. Porque o que a gente conseguiu é tão pouco diante das necessidades da classe trabalhadora... Os empresários são mais individualistas: estão acostumados a competir uns com os outros. Eles se organizaram, sim. Fizeram uma estrutura, contrataram uns 30 advogados, que estavam o tempo todos reunidos entre eles. Eu até fiz amizade com alguns desses advogados: Amauri Mascaro,[3434] um belo nome, uma figura maravilhosa de pessoa. Um dos que assessoraram o *Centrão* foi Dr. Paulo Cidade. É uma pessoa simpaticíssima, advogado da Confederação de Transportes Terrestres (CNTT), que é uma confederação patronal. A pressão deles não era sobre o movimento sindical, era sobre os próprios parlamentares. Certamente, algumas das coisas que nós perdemos nesse caminho, nós as perdermos pela força da resistência deles.

Mas o momento histórico era muito favorável para nós. Faltaram a eles bandeiras efetivamente boas. Os empresários nunca tiveram um jornal deles próprios para se defenderem. E as nossas bandeiras eram perfeitas. Nós sempre fomos mais audazes porque tínhamos que defender as nossas posturas. Por exemplo, os placares de votação na Constituinte foram um dos pontos altíssimos que os sindicatos fizeram. Nós até acompanhamos a questão agrária, e sentimos

a derrota, e sofremos com a derrota. Mas nós não tivemos como entrar também nisso: dependia de muita articulação, de visita a um, visita a outro, de falar, de conversar, passar documento, publicar... É coisa de muita mobilização. Na parte trabalhista, nós conseguimos uma mobilização gigantesca apesar da imprensa, porque a imprensa fazia mobilização contrária. A imprensa dizia "É preciso reagir!" etc. Os grandes sindicatos quase todos têm seus jornais e eles copiavam *ipsis litteris* as nossas matérias, que mandávamos para eles e para o jornal *DIAP informa*. Nós simplesmente recomendávamos, mas os sindicatos tiveram a capacidade de fazer esses painéis pelo país inteiro. No país inteiro! O Brasil ficou coberto de painéis das votações da Constituinte. E havia verdadeiros showmícios: "Fulano é nota 10!" Ou então: "Uma vaia para beltrano!". Eles fizeram um inferno por conta própria...

AS NOTAS DO DIAP: REPERCUSSÕES

Na Subcomissão dos Direito dos Trabalhadores e Servidores Públicos, os homens do outro lado eram Guilherme Afif,[3535] que teve nota zero na avaliação do DIAP, Roberto Balestra,[3636] que também teve nota zero, Max Rosemann[3737] e José Lourenço.[3838] Sobre esse parlamentar, tem até uma história curiosa. Zé Lourenço se reelegeu no pleito de 1990, depois da promulgação da Constituição. Ele me viu no Congresso Nacional no início da legislatura de 1991 -- porque eu cruzava aqueles corredores com muita frequência, e todos me conheciam -- e veio dizer a mim: "Você está vendo? Me deu nota zero e eu estou aqui de volta". Eu respondi: "Primeiro, eu não te dei nota zero. Professor não dá nota para o aluno, é o aluno que tira a nota. Segundo, você quer que eu te diga como eu vejo a sua reeleição? É porque seus eleitores não te conhecem...". Ele ficou bravo, muito bravo. Em compensação, tive outras manifestações, como a do Zaire Rezende.[3939] Eu o encontrei nos corredores do Congresso Nacional e disse: "Zaire, parabéns! Você foi eleito prefeito".[4040] Ele disse: "Devo isso a vocês.

Contra mim, havia uma oposição muito forte das forças mais à esquerda, mas a todo mundo eu mostrava minha nota 10 do DIAP!".

E tem também uma história que ouvi de um jornalista, que me disse assim: "Eu acompanhava Fernando Collor como candidato a Presidência da República, como jornalista. Quando ele foi escolhido pelo grupo dele, em Alagoas, para ser candidato à Presidência da República, começaram a discutir quem poderia ser o vice da chapa. Fizeram uma reunião aqui em Brasília, com Sérgio Naya,[4141] Paulo Octávio[4242] e outras pessoas para discutir nomes de vice -- porque naquele tempo a legislação era mais flexível. Um deles disse assim: "Tenho um nome imbatível. É mulher, e isso já é uma coisa fantástica. Não é feia. Tem um passado totalmente limpo. E tem um nome poderoso: Márcia Kubitscheck".[4343] Nisso, Collor pegou este livrinho aqui -- *Quem foi Quem na Constituinte* (um parênteses: foi o governo de Alagoas que pagou por isso aqui: o presidente do DIAP na época, Geraldo Lima Bentes,[44] era alagoano e conseguiu que o governo de Alagoas financiasse nosso livro) – e leu: "Márcia, nota 3,75; votou contra as férias, votou contra a comissão de fábrica, votou contra isso e aquilo... Não dá, ela é muito pesada. Será que vocês não conhecem o *Quem é Quem na Constituinte*? Vocês não podem se afastar disso neste momento". Começaram a revirar o livro e pararam no Itamar Franco: nota 9. E o ponto em que ele perdeu nota nem foi porque votou contra, foi por uma ausência no Plenário. Disseram: "Será que ele aceita? Vamos convidá-lo". Itamar aceitou. De modo que Márcia Kubitscheck não chegou a ser Presidente da República por causa da nota do DIAP, e Itamar chegou a ser Presidente da República por causa da nota do DIAP... Uma vez, Roberto Cardoso Alves[4545] disse a um jornal que ele tinha permanentemente o livro *Quem foi quem na Constituinte* em cima da mesa dele quando foi Ministro. Quando um deputado pedia audiência, ele via a nota. Se ele tivesse nota superior a 3.5, ele não atendia: "Esse sujeito não é dos nossos"...

PARCEIROS DO DIAP NA CONSTITUINTE

Um dos nossos grandes parceiros foi o Marcio Pochmann,[4646] que, na época da Constituinte, era o diretor do DIEESE em Brasília. Outro foi Walter Barelli.[4747] A atuação do DIEESE sempre foi muito mais discreta; nós, do DIAP, estávamos falando em nome do movimento sindical, em nome de todas as federações, confederações, centrais. Quem tinha uma atuação mais parecida com a nossa, mas também mais discreta, era o INESC,[4848] com a Maria José,[4949] gente muito boa.

Quanto ao PT, no dia a dia da Constituinte, eles sempre tinham alguém do partido dentro da nossa estrutura. Chico Vigilante era um que estava sempre presente, Paulo Paim era outro. Sempre tive uma perfeita relação com o PT, nunca tivemos nenhum tipo de arranhão. No dia em que nós entregamos o diploma do DIAP, Jair Menguelli foi lá para frente, entregar os diplomas.

Pazzianotto[50] sempre foi para mim uma figura um tanto enigmática. Ele foi advogado de trabalhador, veio do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, mas sempre teve posturas dúbias. Por exemplo, na questão do poder normativo da Justiça do Trabalho, ele era contra. Não acredito que ele tenha tido muita influência. Pazzianotto nunca esteve articulado com nenhum movimento específico na Constituinte.

Não vi participação da Justiça do Trabalho, nem pressão indireta dos ministros do TST sobre algum parlamentar. Pode ter havido, mas não de maneira exposta.

O DIAP nunca planejou lançar candidatos à Constituinte. Eu próprio não tive interesse nisso. A única coisa que eu tinha interesse era ter trânsito dentro mesmo no Congresso Nacional. Porque na Constituinte eu cheguei a ser expulso do Plenário. Um grande amigo, Brandão Monteiro,[5151] estava presidindo uma sessão e falou, em alto e bom som: “Dr. Riedel, por favor, o Plenário é para os deputados”... Porque eu ia lá dentro, conversar, distribuir material. Havia

parlamentares que nos ajudaram muito. Um deles foi Rose de Freitas,[5252] que distribuía todo o material que a gente levava.

A MARCA DO DIAP NA CONSTITUIÇÃO DE 1988

Nós tínhamos conseguido aprovar o projeto de estabilidade plena no emprego, e os parlamentares estavam todos assustadíssimos. Teve um representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, Antônio Alves de Almeida,[5353] chegou a dizer na Subcomissão dos Direito dos Trabalhadores: "O senhor quase conseguiu fazer aprovar o projeto de garantia de emprego". Se não tivesse havido a Constituinte, talvez nós a tivéssemos aprovado no Congresso Nacional. Tive brigas homéricas nessa questão. Mas aí quem interveio e sugeriu colocar a palavra "complementar" foi Ulysses Guimarães, numa reunião nossa. E a direitona aproveitou. Não sei se alguém já tinha soprado no ouvido dele, porque, nessa nossa reunião, discutindo a questão, Ulysses falou: "Põe aí lei complementar," e pá!, matou. Nós não conseguimos ultrapassar essa barreira.

Por outro lado, há uma série de coisas sensíveis nos direitos sociais que o DIAP conseguiu dar tratamento constitucional, não deixando para ser objeto de legislação ordinária. Nós trouxemos para a Constituição alguns direitos muito interessantes e que as pessoas nem percebem -- como a questão da substituição processual. Primeiro, houve primeiro uma briga interna dentro do DIAP, com os advogados: "Mas como? Se o sindicato vai substituir, nós vamos perder os nossos clientes. O sindicato faz a ação e nós não temos mais como atuar". Mas, por fim, aprovamos isso no âmbito do DIAP. Quando levamos para a Constituinte, a matéria passou fácil na Subcomissão e na Comissão da Ordem Social, porque já nem tinha discussão. Na Comissão de Sistematização, a gente encontrou resistência, mas também a aprovamos. Quando isso foi para o Plenário, minha nossa Senhora! Foi um racha tremendo! Houve uma votação

interessante; a gente ganhou numa votação apertada, com os mais inflamados discursos. Veio a 2ª. votação em Plenário e houve novamente uma luta tremenda para conseguirmos aprovar. Só que, quando foi para a aplicação em concreto, o Judiciário ficou em dúvida: houve decisões aceitando e decisões não aceitando a substituição processual. Ficamos dezoito anos esperando para ter uma decisão final do Supremo Tribunal Federal, reconhecendo a validade da dita substituição processual -- se bem que nosso pedido inicial na Constituinte era toda a categoria, e eles acabaram reduzindo para apenas os associados. Acabaram reduzindo, porque o nosso projeto era do sindicato atuando representando a categoria. O sindicato representa a categoria, recebe recursos do imposto sindical de toda uma categoria. Há uma porção de coisas assim que fizemos na Constituinte e que as pessoas nem percebem.

Há outra novidade muito interessante, que merece ser contada. Eu era advogado da CONTAG. Todo ano, ia para o Nordeste naquelas grandes campanhas dos canavieiros, tanto em Pernambuco como na Paraíba. Foram nesses momentos que eu pude ver a miséria mais de perto, porque sempre fui de asfalto. Entre as muitas reivindicações, havia uma que era o obter o salário-família.[5454] Porque a lei dizia: "É deferido aos trabalhadores urbanos o salário-família etc.". Mas os trabalhadores rurais não o tinham. Juntamente com os advogados da federação de Pernambuco, como Romeu da Fonte, resolvemos fazer um dissídio coletivo de natureza jurídica para discutir isso: da constitucionalidade, da ilegalidade e do poder normativo da Justiça do Trabalho para exercer o seu poder. Pode-se até achar que é ilegal, que não é constitucional, mas a Justiça, com o seu poder normativo, podia dar o salário-família para o trabalhador rural também. Fizemos uma campanha gigantesca e ganhamos no Tribunal do Recife. Aí recorreram ao TST. Nós tínhamos feito um estudo sobre a mortalidade infantil na zona canavieira. Esse estudo mostrava que lá a mortalidade infantil era maior que em outras áreas e que isso se devia a miséria, isso se devia a fome. Fizemos um memorial e eu fui a cada ministro:

“Olha, ministro...”. Me lembro que cheguei a um dos ministros e lhe dei o memorial. Ele pegou o material e falou assim: “Veja a sabedoria da natureza. Imagine se todo mundo sobrevivesse: ia haver uma superpopulação”. Essa pessoa tinha sido Procurador-Geral da Justiça do Trabalho, sendo depois nomeado ministro do Tribunal. Eu pensei comigo: “Meu Deus do céu!”. Mas vocês sabem como é advogado: advogado não briga com juiz. De modo que eu respondi: “Sim, Excelência”... E o Tribunal reformou a decisão. Perdi. Nossa Senhora, aquilo tinha sido uma luta tão grande... Quando chegou na Constituinte, redigi assim no *caput* do artigo sobre os direitos dos trabalhadores: “É deferido aos trabalhadores urbanos e rurais os seguintes direitos, dois pontos”. E lá redigimos: “Tal, tal e tal -- e no meio deles, o salário-família”. Ninguém discutiu isso na Constituição, e o *caput* do artigo 7º. ficou assim: “São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social.” Foi uma grande vitória, em que eu nem fiz força. Redigi isso com a maior naturalidade; nunca escrevi um documento justificando o salário família dos trabalhadores rurais. Passou sem que percebessem a extensão do benefício.

Quando a reivindicação da proibição de demissão imotivada, ficou: “Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, na forma da lei complementar”. Essa “lei complementar” é que matou a reivindicação, porque uma lei complementar é sempre mais difícil de se conseguir. O artigo 7º. é praticamente todo ele da nossa lavra. Já o artigo 8º., não sei se foi uma derrota para o movimento sindical como dizem.[5555] Nunca fui muito favorável a ele. Eu tinha uma proposta diferente. Mas nesse ponto a gente interferiu pouco, porque nós ficamos neutros, nós nos encolhemos. Me lembro que discuti muito com Plínio de Arruda Sampaio sobre o artigo 9º., que é o direito de greve. Nós, do DIAP, tínhamos uma outra redação sobre o texto.

Outro ponto em que o DIAP ficou neutro foi o da organização sindical. O PT defendia abertamente a pluralidade sindical, o PC do B e significativa parte do

movimento sindical defendia a unicidade sindical. Nós ficamos sem espaço, diante da divisão do movimento sindical.

No que foi que o *Centrão* ganhou? Em coisas como impedir a estabilidade plena no emprego e na remuneração das férias, que queríamos que fossem pagas em dobro e que só conseguimos que fossem acrescidas de 1/3; na jornada de 40 horas semanais, pela qual lutamos e até hoje não se conseguiu, ficando em 44 horas. Era eu conversando com os parlamentares de um lado e do outro, quase corpo a corpo; falando em sentido contrário, ficavam grandes empresários. O próprio Gerdau esteve presente na votação da jornada de 6 horas para trabalho ininterrupto de revezamento.[5656] Cada um democraticamente cumpria o seu papel.

Lauro Campos dizia assim: "Nós saímos com um caminhão de abóbora e perdemos algumas abóboras no meio do caminho. Mas as abóboras que chegaram no fim eram todas nossas". Porque o que está escrito na Constituição, nos direitos sociais, eu reconheço, é a minha caligrafia...

O depoimento do Dr. Ulisses Riedel à equipe se deu na manhã de 08 de abril de 2011, na sede da União Planetária, em Brasília, com a participação dos pesquisadores Ademar Cruz, Antônio Sérgio Rocha e Lígia Freitas.

NOTAS

[1] Denominação do juiz leigo (pessoa escolhida, de preferência entre advogados com mais de cinco anos de prática, para auxiliar o juiz togado no Juizado Especial Cível), não togado, isto é, não necessariamente formado em Direito, que é escolhido pelos sindicatos de trabalhadores e de empregadores para um mandato temporário na Justiça do Trabalho.

[2] Denominação do juiz que é membro de carreira da magistratura.

[3] Sindicato dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias Paulistas.

[4] Sindicato dos Trabalhadores de Empresas Ferroviárias da Zona Mogiana.

[5] Hércules Correa dos Reis foi um dos maiores líderes sindicais do país, dos anos 50 até o golpe militar de 1º. de abril de 1964, além de um ativista e dirigente político de expressão nacional como parlamentar e liderança do Partido Comunista Brasileiro. Está entre os fundadores do CGT do Brasil (Comando Geral dos Trabalhadores). Foi deputado constituinte (1961/62) pelo antigo Estado da Guanabara.

[6] Famoso advogado trabalhista, fundou em 1938 seu escritório de advocacia. Faleceu em 2001.

[7] Júlio Cesar de Souza Araújo Filho foi presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Paraná (Sinduscon-PR) e atualmente é Secretário de Obras do Estado do Paraná.

[8] Arion Sayão Romita atuou entre os anos de 1981 a 1993 como advogado patronal. Mais tarde, ocupou-se da área acadêmica nas áreas de Direito Privado, principalmente em tecnologias da informação, relações trabalhistas, relações civis e empresariais e ensino jurídico. É autor de diversos livros e artigos sobre os temas citados.

[9] Rio Branco Paranhos (1913) foi um importante advogado trabalhista. Trabalhou para diversos sindicatos, além de liderar um escritório de advocacia especializado em Direito Trabalhista. No final da década de 1940, Paranhos se declarou socialista. Foi investigado por participar de organizações comunistas, embora nunca tenha se filiado ao PCB. Em 1960, foi eleito vereador da cidade de São Paulo pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Chegou a ser eleito deputado federal em 1962, mas teve seu mandato cassado devido à ligação com organizações comunistas.

[10] *American Federation of Labor and Congress of Industrial Organizations*.

[11] O Comandante Aloísio Ribeiro foi um líder sindical e um dos diretores da CONTTMAF.

[12] Armando Rollemberg, formado em jornalismo pela UnB, foi repórter político das revistas *Veja*, *Isto É*, do *Jornal do Brasil*, *Jornal de Brasília*, *Jornal da República* e do *Correio Braziliense*. Foi diretor de Jornalismo da TV Brasília e Assessor de Comunicação Social e Chefe da Assessoria Parlamentar do Superior Tribunal de Justiça. Participou ativamente do movimento sindical dos jornalistas, ajudando a articular a chapa que levou o colunista político Carlos Castello Branco à presidência do Sindicatos dos Jornalistas do Distrito Federal, em 1979. Rollemberg foi tesoureiro, secretário-geral e duas vezes presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (1986 a 1992), escolhido na primeira eleição direta (um jornalista, um voto) realizada na história do sindicalismo brasileiro. Ele foi, ainda, presidente da FELAP - *Federação Latinoamericana de Periodistas* (1987-1988) - e da OIJ - Organização Internacional dos Jornalistas (1991 a 1993). Durante a Constituinte, Rollemberg presidia a FENAJ, tendo participado ativamente da luta pela definição de políticas democráticas de comunicação, propugnando a criação do Conselho Nacional de Comunicação - idéia de onde se originou o atual Conselho de Comunicação Social. Àquela época, ele também se empenhou pela aprovação dos princípios constitucionais que determinam às emissoras de rádio e TV promover a "regionalização da produção cultural, artística e jornalística" e estimular "a produção independente" (art. 221, itens II e III, da Constituição).

[13] Nascido em 1939, Maurício Soares foi advogado do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo dos Campos, numa atuação que o levaria a ser prefeito de São Bernardo dos Campos pela primeira vez em 1988, pelo PT. Em 1996, foi eleito novamente prefeito da cidade, desta vez pelo PSDB. Em 2000, filiado ao PPS, foi reeleito. Pediu afastamento no início de 2003, por motivos de saúde.

[14] DIEESE é a sigla do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. Originado em 1955, a organização atua a partir de pesquisa e realização de relatório e trabalhos técnicos que auxiliam o movimento sindical.

[15] CONTAG é sigla da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

[16] Em 18 de outubro, o presidente Figueiredo decretou estado de emergência no Distrito Federal, a cargo do general Newton Cruz, às vésperas da votação do Decreto-Lei 2.045, sobre política salarial. O estado de mergência foi suspenso em 17 de dezembro de 1983.

[17] Luiz Antônio Medeiros é um conhecido líder sindical, tendo participado das greves de 1979 e despontando como influente liderança sindical na greve geral de 1983. Foi presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo entre os anos de 1987 a 1990.

[18] Carlos Falkenberg foi presidente da Federação dos Contabilistas do Estado do RS (FEDRACON), entre os anos de 1977 a 1983.

[19] Fundada em 1953, a Confederação Nacional das Profissões Liberais (CNPL) é uma confederação que abrange 27 federações filiadas e mais de 600 sindicatos representantes de 51 profissões e de cerca de 10 milhões de profissionais em todo o país.

[20] Antônio Rogério Magri, liderança sindicalista, foi, entre os anos de 1978 a 1990, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo (STIEESP) e em 1989 foi eleito presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT). Por assumir o STIEESP exatamente quando explodiram as greves do ABC, Magri acabou ocupando um importante espaço na política sindical brasileira. No Governo Collor, em 1990, foi Ministro do Trabalho e da Previdência Social, mas, acusado de envolvimento nos casos de corrupção, caiu em 1992, encerrando sua carreira política e do sindicalismo atuante.

[21] Augusto Silveira de Carvalho, bancário e sociólogo, foi presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília entre os anos de 1980-86, isto é, no período citado por Riedel na entrevista. Foi eleito deputado federal pelo PCB de Brasília em 1986, atuando como constituinte entre 1987-88.

[22] João Pimenta da Veiga Filho, nascido em Belo Horizonte em 1947, é político e advogado. Ingressou na vida pública em 1978, quando se elegeu deputado federal pelo MDB pela primeira vez. Obteve sucessivas reeleições à Câmara dos Deputados até 1988, quando ganhou a prefeitura de Belo Horizonte, já filiado ao PSDB. Concorreu ao governo do Estado em 1990, mas perdeu a eleição. Reelegeu-se deputado federal em 1994 e 1998. Neste ano, foi nomeado Ministro das Comunicações, em substituição a Sérgio Motta. Presidiu nacionalmente o PSDB em 1994-1995.

[23] Trata-se do jornal *O Estado de São Paulo*.

[24] Advogado e jornalista, Edésio Franco Passos dedicou sua carreira profissional principalmente como advogado trabalhista. Foi deputado federal no mandato de 1991-1995 pelo PT do Paraná. Advogado de diversas entidades sindicais de trabalhadores, foi assessor técnico do DIAP e consultor da CUT no Grupo Jurídico Nacional e na Coordenação Jurídica do Paraná. Foi o fundador e o presidente do Sindicato dos Advogados do Paraná, em 1988. É também o fundador da Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, a ABRAT.

[25] Deputado constituinte pelo PMDB, Jorge Hage participou como suplente da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação, além da Comissão de Sistematização. Como titular, participou da Subcomissão do Poder Legislativo, da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

[26] Chico Vigilante é membro fundador do PT e era membro do Diretório Regional do PT no DF no período da Constituinte, além de Dirigente Nacional da CUT. Foi eleito deputado federal duas vezes pelo PT do DF, nos mandatos de 1991-1995 e 1995-1999.

[27] Empresário, Roman Tito de Almeida foi eleito senador por Minas Gerais, em 1986, pelo PMDB, atuando como parlamentar constituinte. Foi suplente da Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso e titular da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos e da Comissão da Ordem Nacional. Antes de atuar como parlamentar, foi presidente da Associação Comercial e Industrial de Uberlândia (1968-1969) e Vice-Presidente da Federação das Indústrias de Minas Gerais (1970-1972).

[28] Domingos Leonelli foi deputado federal por três mandatos, os dois primeiros pelo PMDB da Bahia (1983-1987 e 1987-1991) e o terceiro pelo PSDB da Bahia (1995-1999). Como deputado constituinte, participou, como suplente, da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições e, como titular, da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, da Comissão da Ordem Social.

[29] Joaquim dos Santos Andrade, o Joaquinzão, foi um atuante sindicalista. Ligado a vertente do sindicalismo burocrático (em oposição ao chamado "novo sindicalismo"), se tornou presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo em 1965 e cumpriu quatro mandatos consecutivos até 1978. Foi ainda o primeiro presidente da Central Geral dos Trabalhadores, a CGT, uma das principais centrais sindicais do período e oponente histórico da Central Única dos Trabalhadores, a CUT.

[30] José Calixto Ramos é o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI).

[31] Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria.

[32] Nascido em 1937, foi um dos principais nomes da luta trabalhista em Pernambuco, atuando como advogado de camponeses, em especial da zona canavieira. Teve atuação marcante na Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco. Foi duas Secretário de Estado no governo Arraes, deputado estadual, conselheiro e presidente do Tribunal de Contas do Estado. Mereceu o seguinte trecho de cordel: "Se o camponês era expulso/do sítio ou do pé de serra/Doutor Romeu defendia/a posse e o uso da terra/fazer isso nesse tempo/era enfrentar uma guerra".

[33] O presidente da Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos era Geraldo Campos (PMDB-DF), com Mário Lima (PMDB-BA) na relatoria.

[34] Formado em Direito e em Ciências Sociais, em 1957, Amauri Mascaro foi Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, Juiz do Trabalho da Justiça do Trabalho de São Paulo, professor universitário e advogado patronal. Foi também Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho de junho de 1986 a 1988.

[35] Guilherme Afif Domingos, eleito como deputado federal pelo PL-SP, foi constituinte e participou como primeiro vice-presidente da Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica, da Comissão da Ordem Econômica. Foi suplente na Comissão de Sistematização. Afif Domingos foi também presidente de organizações representantes dos empresários, como a Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo, entre 1982 a 1987, Associação Comercial de São Paulo (1982-1987), Associação Nacional das Companhias de Seguro e da Confederação Nacional das Associações Comerciais do Brasil.

[36] Roberto Egídio Balestra, político cuja trajetória é ligada a defesa dos interesses dos agropecuários, foi eleito deputado federal por diferentes partidos (PDC, PPR, PPB e PP), todos por Goiás. Desde seu primeiro mandato (1987-1991) pelo PDC-GO, já acumula sete mandatos consecutivos. Devido seu mandato iniciado em 1987, foi constituinte e participou como titular na Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, da Comissão da Ordem Social e suplente na Comissão de Sistematização. Esteve associado a vários sindicatos rurais, como o Sindicato Rural de Inhumas, que ele fundou.

[37] Empresário e advogado, Max Rosenmann foi eleito deputado federal pelo PMDB-PR e, portanto, constituinte. Participou da Subcomissão de Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, e da Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente, ambos da Comissão da Ordem Social, como titular. Foi também suplente na Subcomissão do Poder Legislativo, da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

[38] José Lourenço Morais da Silva, economista e empresário, foi deputado constituinte pelo PFL-BA. Na Constituinte, participou como membro titular da Comissão de Sistematização e da Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público, da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo.

[39] Zaire Rezende iniciou sua carreira política em 1969, quando foi eleito vereador da cidade de São Sebastião pela ARENA. Em 1982, Zaire foi eleito prefeito de Uberlândia pela primeira vez. Filiado ao PMDB de 1980 até hoje, foi ainda eleito deputado federal três vezes (1990, 1994 e 1998), mas se licenciou durante seu terceiro mandato para concorrer ao cargo de prefeito de Uberlândia, sendo eleito em 2000.

[40] Foi eleito em 1982 prefeito de Uberlândia/MG para o mandato 1983-1988 pelo PMDB. Em 2000, foi eleito novamente prefeito da cidade

[41] Sérgio Augusto Naya (1942-2009) foi empresário e político. Foi eleito deputado federal três vezes (1986, 1990 e 1994), todas pelo Estado de Minas Gerais. No primeiro mandato, quando foi eleito pelo PMDB-MG, exerceu o papel constituinte, participando como titular da Subcomissão da Questão Urbana e Transporte, da Comissão da Ordem Econômica e como suplente na Subcomissão do Sistema Financeiro, da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças. Ficou nacionalmente conhecido pelo episódio do desabamento do edifício Palace II, no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1998, quando oito pessoas morreram. Sérgio Naya era o principal acionista da Construtora Sersan, empresa responsável pela construção do prédio. Ele chegou a ficar preso por 137 dias, mas em 2005 foi absolvido. Teve ainda seu mandato de deputado federal cassado em 1998, em decorrência de denúncias de corrupção.

[42] Empresário e ex-político, Paulo Octávio Alves Pereira foi deputado federal em dois mandatos (1991-1995 e 1999-2003), sendo o primeiro pelo PRN-DF e o segundo pelo PFL-DF. Foi ainda eleito senador pelo DF em 2002. Como senador, foi indicado por quatro anos seguidos, entre 2003 e 2006 como um dos parlamentares mais influentes do Congresso Nacional pelo DIAP. Membro fundador do PFL e vice-presidente do PRN entre 1989-1994, Paulo Octávio atua no ramo imobiliário desde 1975 com empresas da Organização Paulo Octávio. É casado com Anna Christina Kubitschek, filha de Márcia Kubitscheck.

[43] Márcia Lemos Kubitscheck de Oliveira (1943-2000), filha do Presidente Juscelino Kubitschek, foi jornalista e política. Foi eleita apenas uma vez deputada federal, em 1986. Na Constituinte, foi membro titular da Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes, da Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação e como suplente na Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios, da Comissão da Organização do Estado. Filou-se ao PRN em 1989 a convite de Collor, quando se cogitou de que ela poderia assumir a vaga de vice na chapa a presidente. Foi ainda vice-governadora do DF quando Joaquim Roriz (PRN) foi eleito em 1990. Em 1994, quando ocorria o processo de *impeachmant* do Collor, Márcia Kubitscheck saiu do PRN e se filiou ao PP, legenda pela qual concorreu à eleição para senadora no mesmo ano, obtendo um 3º. lugar.

[44] Geraldo Lima Bentes exerceu durante sua carreira diversos cargos em órgãos ligados ao turismo. Foi Secretário do Turismo no Distrito Federal durante a gestão de Cristovam Buarque, assessor especial do Ministério do Turismo. Foi chefe de gabinete e diretor de marketing no Instituto Brasileiro de Turismo – Embratur. Foi membro do Conselho Administrativo da Bahiatursa, Consultor de Turismo no Sebrae Nacional e presidente da Empresa de Turismo de Maceió/AL – Emturma.

[45] Roberto Cardoso Alves (1927-1996) foi deputado federal por quatro partidos diferentes ao longo de sua carreira política (ARENA, MDB, PMDB e PTB). Em 1986, foi eleito deputado federal pelo PMDB-SP. Como constituinte, participou da Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, da Comissão da Ordem Econômica como titular e da Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições como suplente. Foi ainda, entre 1988 e 1990, Ministro do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio.

[46] Marcio Pochmann é pesquisador e professor da Universidade de Campinas (Unicamp). Especializado em relações do trabalho, foi consultor do DIEESE, do Sebrae e de organizações

multilaterais das Nações Unidas, como a Organização Internacional do Trabalho (OIT). Foi Secretário Municipal do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade de São Paulo entre 2001 e 2004, durante a gestão da prefeita Marta Suplicy. Foi também presidente do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA). Marcio Pochmann é filiado ao PT e disputou a prefeitura de Campinas nas eleições de 2012.

[47] Walter Barelli é um economista especializado em relações do trabalho. Sempre se demonstrou preocupado com questões sociais, sobretudo, os direitos trabalhistas e a organização sindical. Na época em que ocorria a Constituinte, era diretor técnico do DIEESE e por isso foi convidado a participar de uma sessão da Subcomissão do Sistema Financeiro da Comissão do Sistema Tributário. Participara também da Comissão Afonso Arinos, responsável por produzir um anteprojeto para a Constituinte. No governo de Itamar Franco, foi Ministro do Trabalho e Emprego, entre 1992-1994.

[48] Criado em 1979, o Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) é uma organização não governamental, sem fins lucrativos, não partidária e com finalidade pública. Segundo o site da organização (http://www.inesc.org.br), o Inesc "tem por missão: Contribuir para o aprimoramento da democracia representativa e participativa visando à garantia dos direitos humanos, mediante a articulação e o fortalecimento da sociedade civil para influenciar os espaços de governança nacional e internacional".

[49] Maria José Jaime (1941-2007), a Bizé, foi sócio-fundadora do INESC, em 1979. Historiadora e militante em defesa dos direitos humanos, foi exilada durante o regime militar brasileiro.

[50] Nascido em Capivari (SP) em 1936, Almir Pazzianotto Pinto bacharelou-se em Ciências Jurídicas pela Universidade Católica de Campinas (SP) em 1960, especializando-se na área trabalhista. Atuou como advogado de inúmeros sindicatos de trabalhadores da região metropolitana de São Paulo, em especial aqueles vinculados aos metalúrgicos e trabalhadores da indústria química, tendo assessorado a Federação dos Trabalhadores das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de São Paulo e a Federação dos Trabalhadores das Indústrias Químicas e Farmacêuticas desse Estado. Em 1974, elegeu-se deputado estadual em São Paulo, pelo MDB. Conciliando a atuação parlamentar com o assessoramento jurídico na área sindical, Pazzianotto torna-se o principal assessor jurídico do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema. Em maio de 1978, a entidade liderou uma greve que envolveu dezenas de milhares de metalúrgicos na região ABC paulista. Apesar de declarada ilegal pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, a greve terminou em acordo entre trabalhadores e empresários, após intenso processo de negociações, do qual Pazzianotto participou ativamente. Ainda em 1978, Pazzianotto obteve novo mandato na Assembleia Legislativa paulista. Em novembro de 1982, Pazzianotto voltou a se reeleger deputado estadual. Abriu mão, porém, do mandato parlamentar para assumir, no início de 1983, a Secretaria das Relações do Trabalho do Estado de São Paulo no governo do peemedebista Franco Montoro. No início de 1985, Tancredo Neves convida Pazzianotto para assumir o Ministério do Trabalho em seu futuro governo. O vice-presidente eleito José Sarney assumiu então a Presidência da República e optou por manter o ministério escolhido por Tancredo, com Pazzianotto à frente da pasta de Trabalho. Ao assumir o cargo, Pazzianotto logo se defrontou com inúmeros movimentos grevistas, envolvendo diversas categorias profissionais em diferentes pontos do país. Seu primeiro ato como ministro foi anistiar todos os sindicalistas destituídos de suas funções pelo governo anterior. Em junho, apresentou um anteprojeto regulamentando as negociações coletivas de trabalho e o direito de greve, prevendo maior facilidade para o reconhecimento da legalidade dos movimentos grevistas. Em dezembro de 1987, Pazzianotto manifestou preocupação com o encaminhamento dado aos debates relativos às questões trabalhistas no interior da Assembleia Nacional Constituinte, então em funcionamento. Segundo a avaliação do ministro, os parlamentares deveriam se preocupar apenas com a fixação dos princípios gerais da legislação trabalhista, deixando que a sua regulamentação ficasse a cargo da legislação ordinária. No âmbito do debate estritamente político, Pazzianotto defendeu a manutenção do sistema

presidencialista de governo e o estabelecimento de um mandato de cinco anos para o presidente da República, incluindo o do próprio Sarney. Em setembro de 1988, Pazzianotto deixou o Ministério do Trabalho, vindo a ocupar uma vaga de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), nomeado pelo presidente Sarney.

[51] Advogado, professor e bancário, José Carlos Brandão Monteiro foi eleito deputado federal três vezes (todas pelo PDT-RJ) cumprindo três mandados consecutivos entre 1983 a 1995. Como constituinte, participou na qualidade de suplente da Subcomissão do Poder Executivo, da Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo e foi Segundo Vice-Presidente da Comissão de Sistematização.

[52] Rosilda de Freitas, a Rose Freitas, é jornalista, radialista, produtora rural, desenhista-projetista e agrimensora. Sua carreira política teve início em 1982, quando foi eleita deputada estadual pelo PMDB-ES. Em 1986, foi eleita, também pelo PDMB, deputada federal. Em 1990, foi reeleita para o cargo, desta vez pelo PSDB-ES. Nas eleições de 1994, Rose de Freitas se candidatou ao governo do Espírito Santo, mas não foi eleita. Em 1998, volta a concorrer ao cargo de deputada federal, mas obtém apenas a suplências. Em 2002, é eleita deputada federal pelo PSDB, seu terceiro mandato, e de volta ao PMDB, é reeleita em 2006 e 2010. Em 2011, se tornou a primeira mulher a ocupar um cargo titular na Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, como 1ª vice-presidente.

[53] Antônio Alves de Almeida (1929-2011) foi um sindicalista nascido em Alagoas. Com formação em Direito, Almeida começou sua trajetória como sindicalista em 1958, quando foi Tesoureiro do Sindicato dos Empregados Vendedores e Viajantes do Comércio no Estado da Bahia. Em 1960, se tornou presidente deste Sindicato. Foi presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) de 1964 até o ano de sua morte. Almeida era também ministro aposentado do Tribunal Superior do Trabalho.

[54] Salário-família é um benefício da Previdência Social brasileira destinada aos trabalhadores de baixa renda para ajudar no sustento de filhos. O salário família foi instituído no Brasil nos anos 1930, no governo de Getúlio Vargas, e sofreu diversas alterações ao longo dos anos. Uma delas foi a extensão do benefício para os trabalhadores rurais, garantido na Constituição de 1988.

[55] O artigo 8º. da Constituição trata da organização do sindicalismo brasileiro, e sofreu críticos por ter mantido a unicidade sindical e outras características ainda da moldura varguista.

[56] Trata-se de Jorge Gerdau Johannpeter, empresário brasileiro, presidente do Grupo Gerdau, uma das maiores empresas siderúrgicas do mundo.